

## **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE**

-----Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a Presidência de Raul Cunha, em substituição do Senhor Dr. Laurentino Dias, com a presença do primeiro secretário Pompeu Miguel Martins e segundo secretário Manuel Cunha. Verificada a existência de quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Senhor Presidente da Mesa quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. Foi anunciado, pelo Senhor Presidente da Mesa, o pedido de suspensão de mandato apresentado por Isabel Maria Oliveira Ferreira, eleita pelo Partido Socialista, por um período de trinta dias, por motivo de afastamento temporário da área da Autarquia e António Luís Oliveira Cunha, eleito pela Coligação Democrática Unitária, desde do dia vinte e cinco de Abril a vinte de Maio. Colocados a votação foram aprovados, por unanimidade. Pediram a substituição, dada a impossibilidade de comparecerem na sessão da Assembleia Municipal, Belarmino Oliveira Costa, e Nelson Daniel da Silva Pereira, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata. Solicitou, ainda a sua substituição o Presidente da Junta de Freguesia de Aboim e de Silvaes S. Martinho, pelo Secretário da Junta, respectivamente, Manuel Matias Marques e António Ribeiro Gonçalves. Tomaram assento na Assembleia os respectivos substitutos, após a assinatura do livro de presenças, registando-se a presença de sessenta e nove membros. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos elementos da Assembleia Municipal para, querendo, consultar. Seguidamente, deu conhecimento que tinha dado entrada um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Padre Joaquim das Flores Antunes, atendendo o seu percurso na área social e da educação. Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade, e observado um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Mesa. Deu-se início às inscrições para intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente da Mesa informou que, atendendo a que as moções seriam distribuídas, por fotocópia, se dispensaria a sua leitura. Tomou a palavra Catarina Mendes para

dizer que o procedimento normal seria efectuar a leitura das moções e posterior intervenções sobre as mesmas. De seguida, interveio Miguel Summavielle, que se mostrou um pouco “baralhado” com a alteração do procedimento. O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para explicar que, como tinha sido solicitada cópia das moções apresentadas, enquanto se esperava pela distribuição das mesmas, se poderia dar andamento aos trabalhos e que logo que a distribuição fosse efectuada seriam debatidas. Retomou a palavra Miguel Summavielle, mencionando que não se opunha a alteração efectuada. Seguidamente, fez uma observação ao funcionamento da Assembleia Municipal, uma vez que a Assembleia Municipal tinha aprovado uma deliberação na qual se obrigava a inserir como ponto na ordem de trabalhos, um trabalho que a Câmara deveria produzir (o que com a distribuição do CD, percebeu que de facto o tinha efectuado) sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Fafe” e que a deliberação da Câmara deveria ser seguida e cumprida e, mais uma vez, pela segunda sessão consecutiva, a Mesa não tinha agendado o assunto para discussão. Desta forma não estava a fazer cumprir uma deliberação da Assembleia e aquilo a que estava obrigada. Por tal facto demonstrou o seu descontentamento e solicitou ao Presidente da Mesa em substituição que fizesse garantir que as deliberações da Assembleia Municipal fossem cumpridas. De seguida, interveio Leonor Castro para dizer que partilhava o sentimento de alguma desorientação que se gerou e compreendendo que a Mesa tenha tentado agilizar os trabalhos, mas percebia a consternação gerada uma vez que o habitual era ler-se as moções e posteriormente dar a palavra aos proponentes para discussão e não o contrário. Mencionou ainda que a distribuição de uma cópia por grupo parlamentar não iria resolver a situação e esclarecer todos os membros. Nesse sentido, afirmou que aguardaria a distribuição das cópias das moções da Coligação Democrática Unitária para fazer a sua intervenção sobre as mesmas. Passando à intervenção política fez duas observações: a primeira que se prendia com as questões protocolares, nomeadamente a entrega de documentação. Mencionou que continuavam a haver preocupações na actualização dos protocolos, porém não eram cumpridas. A segunda estava relacionada com a realidade da Escola EB 1 integrada de Jardim de Infância de S. Jorge. Disse que, em sessões anteriores,

tinha colocado algumas questões sobre o número de auxiliares e condições de funcionamento e que tinha ouvido as respectivas explicações, mas continuava a achar que algumas coisas necessitavam de algum cuidado, nomeadamente e sabendo que não dependiam apenas da Câmara, o número de auxiliares não era em número suficiente o que comprometia a segurança das crianças. Mencionou ainda que a escola se encontrava bem equipada e com material de informática, porém não tinha Internet devido à falta de uma senha. Nestes termos, perguntou a quem cabia a responsabilidade de atribuir essa senha. Após a distribuição das fotocópias das moções pelos Membros da Assembleia, tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para proceder à leitura da Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária intitulada “Pela Saúde e Dignidade de Todas as Mulheres”, na qual era proposto que, atendendo ao facto de, no ano de dois mil e sete, se ter comemorado, pela primeira vez na história da democracia portuguesa o Dia Internacional da Mulher, após uma das vitórias mais marcantes das mulheres portuguesas – a despenalização da interrupção voluntária da gravidez: se saudasse todas as mulheres portuguesas e exortá-las à luta pela igualdade em todas as esferas da vida e da sociedade; se reclamasse, dos órgãos de soberania competentes e outros órgãos do poder político, a promoção de políticas económicas, sociais e culturais que visem combater as desigualdades salariais entre mulheres e homens, nomeadamente, o desemprego, a precariedade e a pobreza e assegurar a participação em igualdades mulheres; se reclamasse, igualmente, dos órgãos de soberania competentes, a adopção de políticas de protecção da função social da maternidade-paternidade, garantindo o exercício e o cumprimento dos direitos e garantias consagrados na Constituição da República Portuguesa; se reclamasse do Governo a implementação da educação sexual nas escolas, o acesso universal às consultas de planeamento familiar, a distribuição gratuita de contracepção adequada e o respeito por uma lei de despenalização da IVG justa e adequada que reflecta na vida de todas as mulheres a importante conquista da vitória do SIM a onze de Fevereiro, e, remetesse esta Moção ao Senhor Primeiro Ministro, ao Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros competente em matéria de igualdade e direitos das mulheres, ao Ministério da Saúde e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Fosse dado ainda conhecimento, para

publicação, aos órgãos de Comunicação Locais e um Nacional. Usou da palavra Leonor Castro para proceder à apresentação da Moção dizendo que estava completamente contextualizada uma vez que dois mil e sete tinha sido intitulado de ano da Igualdade de Oportunidades e da não discriminação entre sexos. Esclareceu que antes de fazer chegar a moção à mesa, tinha dado conhecimento da mesma a todos os representantes dos diversos partidos com a finalidade das representantes femininas dos partidos a subscreverem. Afirmou, ainda, que na sequência da conversa tida com Olinda Teixeira Alves, representante feminina do Partido Socialista, não via qualquer inconveniente na remoção do parágrafo quarto, que não era consensual, para que a moção fosse subscrita também pela representante do Partido Socialista. Tomou a palavra Olinda Teixeira Alves para dizer que tinha muito gosto em subscrever a moção, uma vez que se sentia retratada num assunto que lhe era tão caro, nomeadamente a igualdade entre homens e mulheres. Esclareceu que não concordava com o quarto parágrafo, uma vez que não seria coerente, pois tinha tomado uma posição a favor do encerramento das escolas do 1.º ciclo por entender que dessa forma os interesses dos alunos e pais ficariam mais acautelados. De seguida usou da palavra Albino Costa para afirmar que o que Olinda Teixeira disse resumia a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre a mesma; que subscrevia quer os considerandos quer as sugestões, sugerindo apenas a inclusão de um parágrafo relativo à aprovação da Lei da Paridade por parte do actual Governo. Seguidamente, interveio Pedro Frazão para dizer que, atendendo a que a Coligação Unitária Democrática decidiu comunicar com todos os partidos, no sentido de que a moção fosse aprovada por unanimidade e verificando-se que na moção eram focados vários assuntos (alguns dos quais o Partido Social Democrata concorda e outros não, nomeadamente a Lei do Aborto, que como era sabido foi uma questão que dividiu o Partido, tendo sido dado a liberdade de voto aos membros do Partido) afirmou que, na votação da presente moção, o Partido Social Democrata daria a mesma liberdade de voto aos seus deputados, que votariam de acordo com a sua consciência. De seguida, tomou a palavra Olinda Teixeira Alves para subscrever a sugestão de Albino Costa. Afirmou ainda que não via qualquer preconceito ou tabu nessa matéria e que as mulheres não se deviam envergonhar por estarem na política para preencher as quotas, uma vez que os

noventa por cento dos homens lá estão apenas porque são homens e não pela sua competência. Pedro Frazão usou, novamente, da palavra para dizer que não pretendia fazer sugestões à Coligação Democrática Unitária, nem alterar a liberdade de voto do Partido Social Democrata, porém, afirmou que sem a inclusão da sugestão da Lei da Paridade se abstinha mas com a inclusão desse ponto votaria contra, uma vez que achava que a Lei da Paridade tinha sido um atentado aos direitos das mulheres. Seguidamente, tomou a palavra Leonor Castro para esclarecer que a essência do documento e o que se propunha ultrapassava as pequenas diferenças que se pudessem verificar, no entanto mencionou que não alteraria mais a proposta, para além da remoção do parágrafo quarto. Como ninguém mais quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com onze abstenções. De seguida, tomou a palavra o Primeiro Secretário para proceder à leitura da Moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, intitulada “Transferência de Competências”. Na Moção era proposto que, na sequência do início do processo, pelo Governo, da transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais em áreas como a Saúde, a Educação e a Acção Social, a Assembleia Municipal deliberasse recusar um processo de transferência forçada de encargos e de insatisfações para as populações, em domínios onde as carências se estavam a avolumar por redução sistemática de investimento da Administração Central; exigir que as competências que viessem a ser transferidas não fossem por falta de meios financeiros adequados, subfinanciadas e subdotadas em meios técnicos e humanos necessários à satisfação das necessidades; recusar as tentativas de transferência de competências para as quais, não estando os Municípios preparados devido a constrangimentos financeiros e limitações legais, conduzissem, primeiro, à desestruturação de políticas públicas e, depois, à privatização de funções e serviços tão fundamentais como a saúde e a educação; denunciar o facto da proposta do Governo não configurar um verdadeiro processo de descentralização, violando, mais uma vez, a autonomia do Poder Local Democrático, e pretendendo transformá-lo em meros serviços desconcentrados da Administração Central, e, exigir um verdadeiro processo de descentralização de competências, incluindo a criação de Regiões Administrativas, que contribuíssem para a construção de um Estado moderno,

com dinâmicas nacionais, regionais e locais que permitissem o desenvolvimento sustentado do País, o fim de múltiplas injustiças e assimetrias entre os diversos territórios e salvaguardasse as funções sociais do Estado e a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Tomou a palavra Albino Costa que colocou alguma dificuldade na sua aprovação, alegando que a Coligação Democrática Unitária utilizava o palco da Assembleia Municipal para fazer oposição às políticas do Governo. Disse que subscrevia a necessidade de criação de regiões, que teria que ser um processo amplamente discutido, no entanto afirmou que o Partido Socialista não se podia rever na presente moção. Saliou que concordava que não se podia atribuir competências aos municípios sem lhes prestar o devido apoio financeiro e que a competência requerida pelos municípios de forma a aproximar o poder dos cidadãos exigiria o necessário o reforço financeiro. Porém, afirmou que o País se encontrava num contexto de grandes dificuldades económicas e, nestes termos, os municípios/autarquias não se poderiam constituir num oásis em relação à situação do resto do País, que deveriam ser solidárias com a Administração Central. Seguidamente, interveio Pedro Frazão para explicar os motivos pela qual não subscreviam a moção. Afirmou que, se por um lado o Partido Social Democrata concordava com uma maior delegação de competências nos municípios, o que acarretaria a transferência de recursos financeiros para fazer face às novas competências, por outro, que estava convicto de que a Associação Nacional de Municípios estaria atenta a essa matéria. De seguida tomou a palavra Leonor Castro para esclarecer que quando apresentaram o documento na Assembleia estavam conscientes que era competência da Assembleia, tal como o previsto na lei e seu Regimento, pronunciar-se sobre questões de natureza e âmbito local, regional e nacional. Que, ao contrário do que tinha dito Albino Costa, não era descabido levantar a questão em discussão na Assembleia Municipal, sem desrespeito pelas opiniões contrárias ou divergentes. Mencionou também que o documento não era um panfleto da Coligação Democrática Unitária mas a posição que entendiam e que devia ser discutida na Assembleia, até porque quando a Coligação pretendia fazer um panfleto fá-lo-ia com o seu próprio dinheiro. Seguidamente, interveio Albino Costa para dizer que quando falava de panfleto, falava do carácter panfletário deste tipo de moções. Não havendo

mais intervenções, foi colocada a votação, sendo rejeitada com seis votos a favor e uma abstenção. De seguida, o Segundo Secretário procedeu à leitura da Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativa ao primeiro dia de Maio. Atendendo aos valores preconizados no Primeiro dia de Maio, propunha-se que a Assembleia decidisse congratular-se com a passagem dos trinta e três anos do primeiro de Maio em Liberdade e saudar todos os trabalhadores do Município de Fafe, assim como os Sindicatos representativos destes trabalhadores e repudiar qualquer acção que viole os princípios consagrados no espírito do Primeiro de Maio. Iniciou a intervenção sobre a presente moção Albino Costa para dizer que a institucionalização do primeiro dia de Maio como o dia do trabalhador foi decisão da Internacional Socialista e para quem era de Esquerda o primeiro de Maio era um momento fundador de toda a Esquerda. Neste sentido, mencionou que se revia no presente documento, com excepção do parágrafo seis, que estava a ser utilizado como alavanca contra a actual situação política. De seguida, interveio Pedro Frazão para dizer que o Partido Social Democrata se iria abster porque não concordava com os considerandos na sua globalidade. Seguidamente, usou da palavra Joaquim Magalhães afirmando que o aumento do desemprego era uma realidade e continuava a haver um ataque aos direitos e garantias dos trabalhadores. Refere ainda que o Partido Socialista se preocupava que a Coligação Democrática Unitária, subtilmente, apresentasse moções de crítica à política do Governo, que na Assembleia Municipal se deveria discutir apenas questões locais, e não se preocupavam em apenas defender as políticas do Governo. De seguida tomou a palavra Catarina Mendes para dizer que a questão do trabalho era uma questão preocupante e que lutariam sempre por um trabalho pleno. Mencionou, ainda, que não retiraria o parágrafo sexto, uma vez que não estavam a atacar políticas do Governo, mas a levantar uma questão da realidade. Interveio, novamente, Albino Costa para, relativamente às moções apresentadas pela Coligação Democrática Unitária, referir que apenas constatou um facto. Relativamente à sensibilidade com o Governo, afirma que, como militante do Partido Socialista, era solidário com o Governo. No que se refere à questão do Bloco de Esquerda, disse que gostaria de subscrever a moção mas que com o parágrafo sexto não o faria. Sugeriu, ainda que se corrigisse a data. Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo rejeitada com seis

votos a favor e dezasseis abstenções. Terminada a apresentação das Moções, foi dada continuidade ao período de Antes da Ordem do Dia, tomando a palavra o Senhor Joaquim Magalhães que, antes de iniciar a sua intervenção, solicitou à Mesa que fosse informado do número de faltas justificadas e injustificadas do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, uma vez que nunca viu/votou um pedido de suspensão do mesmo. Iniciou a sua intervenção para dizer que uma das maiores conquistas de Abril tinha sido o poder Autárquico, mas referiu que ainda havia muito a fazer e práticas a alterar, nomeadamente o respeito pelas oposições, leis em vigor e dar prevalência aos interesses dos concidadãos em detrimento dos interesses partidários. Disse, ainda, que pretendia encerrar o processo relacionado com o não cumprimento de normas e leis por parte da Mesa da Assembleia com a convocatória de Junho do ano de dois mil e seis, nomeadamente, que tinha a obrigação de dizer que não existia necessidade de mentir no que dizia respeito ao lapso na colocação da convocatória a um membro da Coligação Democrática Unitária e que não era desprestígio nenhum informar que tinha havido um lapso e que se iria tentar que tal não voltasse a acontecer. Mencionou que um erro era uma virtude e não um defeito e que a Mesa e o Senhor Presidente tinha mentido ao IGAT quando informou o seu abandono na referida sessão e apenas tinham estado dois membros da Coligação Democrática Unitária para requerer a reposição da legalidade e que ele não tinha sido um deles; que mentir ao informar que durante vinte anos nunca tinha cometido ilegalidades, recordando-lhe “o não convocatória de sessões ordinárias e extraordinária requerida legalmente, a falta de actas de várias sessões”, e que a Coligação Democrática Unitária desejava que tal não voltasse a acontecer. Fez ainda um alerta ao Senhor Presidente da Câmara para que no dia vinte e cinco de Maio dissesse a verdade sobre o muro de Antime; que aquele lugar era um espaço que sempre tinha sido utilizado publicamente sem interrupções ao longo de muitas décadas, que pertencia ao Povo e não deveria ser retirado. Afirmou que, para além de ser um espaço público, a obra lá instalada feria esteticamente a zona e meio ambiente; que o Senhor Presidente deveria tomar uma atitude séria e honesta, ou seja, mandar demolir a obra em causa e que não necessitaria de esperar por decisões judiciais, uma vez que a situação era de forma evidente e que mesmo que aquele espaço pertencesse a algum particular, o interesse



público exigiria que se tomasse a decisão da sua aquisição. Finalizou a sua intervenção, dizendo que uma gestão autárquica deveria ser livre de pressões e favores e não podia consentir estas obras e facilitar a uns o que obrigava outros a fazer. Terminada a sua intervenção, tomou a palavra Vítor Silva para, relativamente ao Protocolo celebrado com a ARS com vista à criação do Serviço de Urgência Básico no Hospital de Fafe, perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se tinha tido feed-back da situação, designadamente, no que se referia às razões objectivas que motivaram a não entrada em funcionamento do novo modelo proposto na data agendada, para quando tal iria acontecer e quais as implicações imediatas que o novo modelo iria trazer quer a nível físico quer de recursos humanos. Colocou ainda uma questão relativamente à Empresa Municipal de Turismo, nomeadamente, se a Câmara tinha assumido a dívida da Empresa. Relativamente à criação da nova empresa – Naturfafe – disse que esperava que o Município estivesse mais atento e que questões de má gestão não voltassem a repetir. Seguidamente interveio Alexandre Peixoto para perguntar sobre os critérios utilizados pela Câmara relativamente às notificações de proprietários de terrenos para procederem à limpeza de terrenos, se eram apenas notificados proprietários de terrenos próximos de habitações, caminhos ou zonas de risco. Disse, ainda, que esta forma de actuar era um “pau de dois bicos”, uma vez que poderia ser uma boa forma de prevenção de fogos florestais, mas também poderia aumentar a área ardida, comparado com anos transactos. Ainda, relativamente ao Conjunto Habitacional da Cumieira, nomeadamente, ao aumento das rendas, perguntou se a Câmara estava com intenções de executar obras de conservação dos prédios. Seguidamente, tomou a palavra Ricardo Antunes para, relativamente ao Parque da Cidade, dizer que se desvirtuou um espaço que deveria ser o parque da cidade, que se perdeu a noção do que o mesmo espaço era e que havia uma falta de conjunto de equipamentos de recreio, uma perda de identidade da função lúdico e recreativa, correndo o risco da descaracterização do espaço que deveria ser, na verdadeira assunção, um parque da cidade, que mais se assemelhava a um espaço ajardinado. Disse que gostaria de saber se na discussão pública do PDM se iriam combater algumas lacunas que se prendiam com a planificação e algumas deficiências na execução da planificação de espaços livres e zonas verdes. No que

concernia ao Cine-Teatro disse que era com algum prazer que verificava a realização de um esforço na recuperação de arruamentos e perguntou se também se ia fazer o mesmo esforço na recuperação de imóveis. Perguntou, também, para quando estava agendada a recuperação do edifício e se se estava à espera de ajuda do Quadro Comunitário. Relativamente ao turismo, perguntou se o executivo estava atento aos efeitos multiplicadores do turismo, se havia algum plano estratégico nesse sentido e questionou sobre o que estava a ser efectuado na Barragem de Queimadela no âmbito do ecoturismo e turismo aventura e se o parque de campismo que fazia o suporte a esse tipo de turismo tinha as condições exigíveis para a prática do mesmo. Seguidamente, interveio Jorge Costa para dizer que tinha tido conhecimento que o Ministro da Segurança Social tinha estado em Fafe e que tinha sido estabelecido um protocolo com a Câmara Municipal. Neste sentido, felicitou o Senhor Presidente da Câmara e questionou se a selecção dos meios humanos para o referido programa seria efectuada de âmbito partidário ou por mérito e credenciais que o programa exigiria. De seguida, usou da palavra José Batista para solicitar esclarecimentos sobre a Inspecção que se encontrava na Câmara, porque estava a ser investigada e qual o direccionamento/áreas. Terminada a sua intervenção, tomou a palavra Leonor Castro, constatando que dois dias depois do encerramento dos Serviços de Urgência e dar lugar ao Serviço de Urgência Básico, se tinha verificado que o tipo de serviço prestado se mantinha. Questionou sobre o tipo de protocolo assinado pelo Senhor Presidente, o que previa, como iria ser implantado e com que meios humanos. Fez ainda uma análise crítica à tomada de posição do Senhor Presidente da Câmara e do Partido Socialista, relativamente à transformação do anterior Serviço de Urgências em Serviço de Urgência Básico. Mencionou que o prospecto distribuído sobre o assunto mostrava uma distorção da realidade e revelava uma mentira política à população. Disse que o movimento de protesto visava demonstrar que as alterações que se propunham para os serviços de saúde eram irrealistas e que apenas serviam para desarticular outros serviços que ao longo dos anos tinham prestado relevantes serviços à população. Afirmou que a Coligação Democrática Unitária nunca tinha defendido o encerramento do Serviço de Urgência ou a sua transformação em Serviço de Urgência Básico porque isso seria uma despromoção do Hospital de Fafe.

Disse ainda que, dando razão à posição defendida pela Coligação Democrática Unitária, existia a deliberação tomada pela Direcção Clínica do Centro Hospitalar do Alto Ave no sentido de defender a importância de manter o Serviço de Urgência de Fafe. Afirmou que Fafe estava na situação em que o Senhor Presidente da Câmara e o Partido Socialista tinham defendido e que agora eram confrontados com a impossibilidade prática de aplicar o que tinha sido decidido, impossibilidade essa para o qual a Coligação Democrática Unitária tinha avisado. Alertou que já tinha sido dispensada a colaboração de alguns especialistas e serviços, acarretando as várias implicações que da ausência deles advieram, nomeadamente uma degradação da qualidade de serviço, um aumento na demora no tratamento dos doentes, logo a prestação de um mau serviço. Relativamente à construção do “novo hospital de Fafe”, de que haveria já um projecto e que se referia a uma unidade vocacionada para a cirurgia de ambulatório e para cuidados continuados com um máximo de trinta camas, verificava-se uma redução de setenta por cento da sua capacidade comparativamente à actual capacidade do Hospital de Fafe. Para a Coligação Democrática Unitária esta política significava matar o Hospital de Fafe, enquanto “Hospital de agudos”, uma unidade capaz de tratar os doentes que dele necessitavam com dignidade que todos os concidadãos deveriam merecer. Em tom de ironia, lamentou que todos os portugueses não fossem Eusébios, afirmando que todos os portugueses deveriam ter direito aos mesmos cuidados de saúde que ele. Terminou a sua intervenção alertando sobre a possibilidade do Hospital se transformar num instituição vocacionada, apenas, para a prestação de cuidados paliativos, de cuidados continuados, a atender doentes em estados terminais das suas doenças e fazendo votos para que isso não acontecesse. Seguidamente, interveio Humberto Castro para dizer que, ao contrário do que constava no protocolo de saúde, o Director do Centro de Saúde não tinha sido consultado para propor o horário da consulta aberta no Centro de Saúde e que apenas tinha tido ordem para o aplicar. Solicitou esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre a colaboração/contactos tidos com a Administração Regional de Saúde, bem como o funcionamento das instituições de saúde (Hospital e Centro). De seguida interveio Pedro Valente para felicitar a Autarquia pelo facto de fazer parte do número de autarquias que tinha entregue o Plano de Defesa da

Floresta contra Incêndios em tempo oportuno e uma informação preliminar na primeira sessão da Assembleia Municipal e na presente Sessão presenteava os membros com o Plano devidamente aprovado. Disse, ainda, que durante os futuros cinco anos, o município, proprietários e todas as Associações de Produtores Florestais tinham um documento orientativo comum para que a defesa da floresta fosse uma realidade em Fafe e que todos os parceiros pudessem, a partir da presente data, encetar esforços no sentido de haver uma floresta de melhor qualidade, mais rentável, produtiva e que trouxesse para o município um aumento de produtividade e um incremento de rendimentos para o mundo rural. Terminadas as intervenções, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. Disse que não se pronunciava sobre o muro de Antime, mas que não reconhecia a Joaquim Magalhães autoridade nenhuma, ética ou moral, para fazer recomendações como as que tinha feito. Relativamente ao Protocolo da Saúde disse que tanto quanto sabia e tinha procurado informar-se com quem era responsável, junto de quem sabia e subscreveu o protocolo, que a consulta aberta no Centro de Saúde estava a funcionar desde o dia vinte e cinco de Abril e a Urgência também. Se já se chamava Urgência Básica ou não, não sabia, mas que estava a funcionar e a ser cumprido o protocolo. Relativamente às questões de Leonor Castro, mencionou que as questões levantadas também o preocupavam e que não tinha sido informado dos problemas que tinha levantado, mas iria procurar informar-se, e que se tivessem a gravidade que lhe tinha dado, ele próprio pediria ao Senhor Ministro que demitisse o Conselho de Administração uma vez que não estaria a cumprir ordens do Ministério. Disse, ainda, que, como tinha mencionado anteriormente, tinham ganho a batalha mas não a guerra e que estariam vigilantes e atentos ao desenvolvimento do processo que haveria de culminar com um novo hospital, que não seria nada do que tinha enunciado. Afirmou que não tinha que ver com as ordens da Administração Regional de Saúde ou do Senhor Ministro aos seus funcionários. Relativamente à Empresa Municipal de Turismo, corrigiu o que foi afirmado, dizendo que a dívida não resultava de má gestão, mas do facto do Município, em sucessivos anos não ter feito o que deveria fazer, nomeadamente, as transferências relativas a encomendas efectuadas à mesma. Com o processo de liquidação da Empresa, a Câmara tinha adquirido

todas as quotas, sendo detentora de todo o capital social e como tal iria proceder ao pagamento, porque não seria justo que a Empresa fizesse repercutir nos sócios a dívida de liquidação. Quanto à Naturfafe explicou que a sua constituição tinha sido efectuada por sócios que estavam ligados ao turismo e que essa era condição para a sua admissão. No que concerne notificação dos proprietários para procederem à limpeza dos terrenos, mencionou que apenas se estava a cumprir a Lei, explicando que primeiro se sensibilizava o proprietário a limpar e que caso não o fizesse, então, para além da coima, a Câmara limparia coercivamente a expensas do proprietário. Relativamente a esse assunto, informou que em Fafe iria ficar uma das duas equipas do grupo de intervenção que seriam criadas no distrito de Braga. Assim sendo, em meados de Maio, Fafe passaria a ter uma força de vinte e dois homens da Guarda Nacional Republicana que estariam, não só no concelho, mas também em defesa da floresta. Quanto às obras do Conjunto Habitacional da Cumieira, afirmou que fariam as obras de conservação necessárias, no entanto, como havia dito, que existia uma estratégia de demolição a prazo do bairro e a criação de nova habitação, daí que a intervenção seria limitada ao indispensável. Relativamente à discussão do PDM disse que se faria a discussão de todo o uso do solo no concelho. Quanto à questão do Cine-Teatro, mencionou que tinha sido efectuada uma candidatura a Fundos Comunitários, que tinha sido aprovada. Informou que como tinha sido assumido, seria lançado o concurso para o Cine-Teatro ainda no presente ano para no início do ano seguinte se iniciassem as obras de recuperação. Relativamente à Barragem de Queimadela, disse que o Parque de Campismo tinha as melhores condições e que na área envolvente da barragem se estava a finalizar um projecto de requalificação das margens, aconselhando uma visita ao local. Afirmou que ainda estavam a ser dados passos para tornar a barragem mais apetecível e com melhores condições de turismo e desportos radicais. Quanto à questão colocada por Jorge Costa, afirmou que os critérios de selecção dos meios humanos para o projecto seriam os mesmos adoptados pelas Autarquias de Póvoa de Lanhoso, Trofa e Santo Tirso. Informou que as áreas de inspecção eram o licenciamento e as empreitadas e quanto à motivação só o IGAT poderia informar, mas que se tratava de uma inspecção ordinária. Sobre a Escola de S. Jorge mencionou

que a questão do acesso à Internet era da responsabilidade do Ministério e que o Senhor Dr. Pedro poderia responder às questões colocadas com mais exactidão, uma vez que era o Presidente do Agrupamento. Tal esclarecimento não se verificou, dado que o Senhor Presidente da Mesa tinha entendido que o assunto estava ultrapassado. Entrou-se no período da Ordem do Dia. **Ponto dois ponto um – *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal***; tomou a palavra Pedro Frazão para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a Rua do Retiro, atendendo ao mau estado do piso e se o mesmo se iria manter. Como mais ninguém quis intervir, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que a Rua iria ficar nas devidas condições. Passou-se de imediato para o **ponto dois ponto dois – *Apreciação de uma informação sobre o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades – Por uma vida livre de discriminações em função do sexo, raça ou etnia, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual***. Tomou a palavra Olinda Teixeira Alves que iniciou a sua intervenção louvando o espírito de abertura à iniciativa da Câmara em aderir prontamente ao debate da temática em apreço. Afirmou que o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos era uma oportunidade para repensar o lugar da mulher na família e na sociedade. Salientando que Portugal, para além de ser um país maioritariamente branco, católico e observador dos bons costumes, se discriminava muito. Continuou a sua dissertação sobre o ponto em discussão, focando a discriminação da mulher portuguesa, afirmando que metade da população portuguesa era constituída por mulheres, e que estas, em média, recebiam quinze por cento menos do que os homens no desempenho das mesmas funções e que eram mais afectadas pela crise económica e pelo desemprego. Disse, também, que as mulheres portuguesas trabalhavam mais do que os homens e do que as mulheres Europeias e que devido à sobrecarga de trabalho, eram mais afectadas pelo stress e pela depressão. Disse ainda que a violência doméstica era a principal causa de morte e invalidez entre as mulheres dos dezasseis anos aos quarenta e quatro. Mencionou que, para além das mulheres das gerações mais jovens tentarem dar a volta à situação, entrando nas faculdades em maior número e terem melhores notas, ao entrarem no mercado de trabalho eram excluídas dos lugares de chefia, direcção e decisão política. Atendendo

ao mencionado, questionou os colegas da Assembleia Municipal se isto é que era Igualdade de Oportunidades para Todos. Finalizou a sua intervenção dizendo que o ano de dois mil e sete estava a ser assinalado o Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos, despertando todos, como cidadãos, para as discriminações apontadas e para a necessidade de reagir contra elas, construindo uma sociedade mais justa e inclusiva. Salientou, ainda, que cabia ao Governo, enquanto Órgão de condução da política geral do País, às Autarquias, em constante interacção com o tecido social e aos partidos políticos dar um exemplo inequívoco de Igualdade de Oportunidades. Não havendo mais intervenções, passou-se ao **ponto dois ponto três – *Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à 1.ª Revisão ao PPI de 2007/2010 e ao Orçamento de 2007.*** Tomou a palavra o Senhor Presidente para explicar os motivos da Revisão, dizendo que a mesma resultava de um aumento de receitas previstas, ou seja, tinham sido efectuados pagamentos relativos a projectos que não estavam previsto. Tomou a palavra Vítor Silva salientando o facto do Orçamento de 2007 ter sido efectuado “em cima do joelho” e sem o devido cuidado, uma vez que não tinha previsto as receitas e despesas que deveriam prever para o corrente ano. Mencionou, ainda, que as justificações dadas pareciam ter outro propósito, nomeadamente, prever a despesa, que não tinha sido prevista, como a aquisição do palacete. Seguidamente, tomou a palavra Pedro Frazão para questionar sobre se no Orçamento de 2005/2006 tinha sido prevista uma verba relativamente à comparticipação estatal da construção da escola de trânsito; relativamente à medida Agris - se no Orçamento de 2004/2005 também estava prevista uma verba, e, da parte da despesa, se no Orçamento de 2007 constava alguma verba para a aquisição do palacete. Terminadas as intervenções, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar os respectivos esclarecimentos. Nestes termos afirmou que não tinha havido má previsão. Relativamente à inscrição das verbas admitiu que estivessem inscritas. E quanto ao palacete, disse que estava inscrito e com um valor superior. Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com dezassete abstenções. Passou-se ao **ponto dois ponto quatro – *apreciação do Mapa de Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva avaliação – Ano de 2006.*** Como

ninguém quis intervir, seguiu-se para o **ponto dois ponto cinco – *Apreciação e deliberação da prestação de Contas 2006*** – Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentar a Prestação de Contas – 2006. Mencionou que a Prestação era um documento técnico que reflectia as opções políticas tomadas relativamente à utilização da receita. Disse que as contas apresentavam um saldo positivo semelhante a 2005, em conformidade com a lei. Informou que tinha havido uma execução orçamental de sessenta e seis por cento e uma execução financeira de oitenta por cento. Terminadas as explicações, tomou a palavra Orlando Leite para dizer que a Prestação de Contas não era mais do que a execução do Orçamento do respectivo ano, logo reflectia a realidade do ano de dois mil e seis, registadas segundo critérios técnicos e contabilísticos legais, não havendo razões para as pôr em causa, acreditando na sua veracidade. Afirmou que as contas apresentadas reflectiam um orçamento que não aprovariam, logo não concordava com os critérios que presidiam para a realização de determinadas obras em detrimento de outras e a realização de determinadas despesas em vez de outras. Por isso fez alguns considerandos, designadamente, que a exemplo de anos anteriores, dois mil e seis tinha sido um ano de baixa execução, e o orçamento, mais uma vez, tinha sido efectuado com bases irrealistas que dava a ideia de um valor de obras que não correspondia à realidade, e, por esse motivo, não tinha dado a sua aprovação aos Orçamentos apresentados pelo executivo. Seguidamente tomou a palavra Catarina Mendes que fez uma análise crítica à prestação de contas apresentada. Mencionou que o aumento da receita se devia em grande parte ao aumento da receita resultante dos impostos directos e indirectos (IMI e IMT) e da variação positiva dos Resultados Extraordinários, devido à diminuição nas transferências para as freguesias. Acerca dos impostos questionou se não teria sido mais justo para os municípios baixar e flexibilizar as taxas de imposto em detrimento do valor do resultado líquido apresentado. Saliou, ainda o aumento de trinta e seis por cento das dívidas a terceiros de curto prazo, questionando como iria o Município cumprir com o seu pagamento. Fez também um apelo para que o recurso ao financiamento se efectuasse de forma ponderada. Finalizou a sua intervenção questionando se, mediante os custos inerentes à compra/venda de água, não teria sido boa política ter mantido esses serviços como municipalizados, à semelhança de outros concelhos.



Seguidamente, interveio Pedro Frazão dizendo que o Partido Social Democrata tinha criticado a Câmara Socialista por, constantemente, apresentar à Assembleia Municipal orçamentos irrealistas. Afirmou que o nível de execução da despesa de capital era inferior ao valor das despesas correntes. Disse ainda que tinha havido um aumento do passivo a curto prazo, recordando a Assembleia Municipal sobre o que constava no relatório de dois mil e cinco sobre o assunto. Fez também referência à diminuta capacidade de investimento ao contrário da despesa corrente, designadamente, despesa com pessoal que tinha aumentado, ao contrário das directivas do Governo relativas a questões de admissão de pessoal e progressão de carreira. Referenciando os Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Municipal sobre Transmissões questionou se não teria chegado o momento de utilizar a política fiscal como incentivo ao desenvolvimento do concelho. Terminada a sua intervenção usou da palavra Leonor Castro para dizer que prescindia das diversas considerações, mas que pretendia fazer um esclarecimento relativo à Escola de S. Jorge (considerada como a melhor escola básica do País). Disse que iria ouvir as explicações de Pedro Ribeiro, porém achava que era uma questão de interesse para a Assembleia Municipal. De seguida tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. Quanto à Escola disse que a questão da Internet e dos funcionários era da responsabilidade do Ministério. Relativamente à questão de execução e das contas mencionou que a despesa corrente era a que mais pesa, porém relativamente à questão de pessoal era uma característica comum em todos os municípios não unicamente de Fafe. Ainda relativamente a despesas correntes, mencionou que o que também contribui para o seu aumento era o facto das infra-estruturas se encontrarem executadas e agora apenas precisarem de conservação. Afirmou, ainda que não se tinha transitado com dinheiro no cofre; que se tinha utilizado todos os recursos e recorrido ao crédito para financiar os projectos; que existia um nível de endividamento com grande folga, e que esperava que em dois mil e sete se recuperasse a dívida a terceiros. Seguidamente interveio Pedro Frazão para dizer que não concordava com as justificações dadas relativamente ao pessoal. Quanto ao recurso a crédito mencionou que o Partido Social Democrata não votava contra, que se abstinha, porque a contratação de empréstimos resultavam da aplicação do Orçamento

que era aprovado pela Assembleia e sobre o qual o Partido Social Democrata votava contra. Referenciou ainda que o valor alcançado referente à dívida de curto prazo era de quase cinquenta por cento. Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para informar quais as páginas onde se encontrava a relação das dívidas a curto prazo. Sobre o pessoal, mencionou que a progressão de carreiras estava congelada na Administração Central e não na Administração Local. Afirmou, ainda, que tinha havido um aumento de descontos para a Caixa Geral de Aposentações, mas que não tinha aumentado o pessoal. Retomou a palavra Pedro Frazão para responder ao Senhor Presidente da Câmara, designadamente, que quanto às páginas referências, também se deveria ter em consideração a página cinco do Balanço onde o valor apresentado sobre as dívidas a curto prazo era superior, e correspondia à verdadeira dívida. Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria com dezasseis abstenções. Passou-se para o **ponto dois ponto seis – *Apreciação e deliberação de uma proposta da Câmara relativa à aquisição de dois prédios urbanos à COFAFE*** – O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para explicar que o executivo anterior tinha aprovado a aquisição dos terrenos, devido à construção da Biblioteca Municipal, de forma a potenciar o respectivo projecto. Mencionou que o valor decorreu de uma avaliação efectuada por uma comissão composta por três peritos: um representante da Câmara, um representante da COFAFE e um neutro. Justificou que se tornava necessária a sua aprovação pela Assembleia Municipal para visto do Tribunal de Contas e posterior realização da escritura. Tomou a palavra Pedro Frazão para dizer que o que o Senhor Presidente tinha afirmado era verdade, porém tinha omitido o fundamental, nomeadamente, que a Câmara optou pela aquisição dos terrenos pelo valor proposto pelo perito da COFAFE que era superior ao valor proposto pelos peritos da Câmara e o neutro. Seguidamente, interveio Joaquim Magalhães dizendo que a compra do terreno vem na sequência de outras aquisições que não considerava prioritárias, uma vez que numa situação de contenção orçamental, o investimento público teria que ser obrigatoriamente muito bem analisado e não hipotecando o futuro. Mencionou a existência de prioridades mais urgentes que a presente situação, designadamente, freguesias com vias de comunicação degradadas, inexistência de saneamento em muitos locais e

existência de poucos espaços de desporto e lazer descentralizados. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a utilização do Cine-Teatro, do Palacete e da Casa Municipal da Cultura que, com a construção da Biblioteca ficava mais espaço livre. Afirmou ainda que se a Câmara continuasse a adquirir património sem fim de utilização à vista, iria à falência. Questionou, ainda o Senhor Presidente porque tinha adquirido o terreno pelo valor mais alto. Finalizou a sua intervenção afirmando que se iriam abster pelo facto de existir um compromisso anterior que entendiam dever ser cumprido porque os Órgãos Autárquicos são Instituições de bem. De seguida, tomou a palavra Miguel Summavielle para, relativamente aos argumentos do Senhor Presidente ao dizer que o palacete era um edifício de arquitectura brasileira, mencionar que não concordava e perguntou o porquê da existência de “dois pesos e duas medidas”, isto porque, por um lado adquiria um terreno para não densificar o espaço e por outro construía a Biblioteca Municipal no logradouro da Casa Municipal da Cultura, prejudicando um edifício de clara traça brasileira. De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para, relativamente ao palacete, informar que recentemente tinha estado em Fafe o Conservador do Museu da Presidência da República e que tinha solicitado cópia das plantas do palacete para uma exposição promovida pela Presidência da República, no dia 10 de Junho, onde queriam exemplificar a arquitectura brasileira. Quanto às questões de Joaquim Magalhães, mencionou que não eram as principais prioridades do Executivo porém tinha aparecido a oportunidade do negócio. Relativamente às afirmações de Miguel Summavielle, mencionou que não concordava quanto à densificação do espaço com a construção da biblioteca e que acreditava que não havia melhor local para a sua construção. Informou, também da existência de um projecto para a requalificação daquele espaço. Relativamente ao valor da aquisição, mencionou que o valor tinha sido atribuído na sequência de um acordo entre os peritos. Salientou, ainda, que todos os negócios efectuados tinham ido a visto do Tribunal de Contas e nunca tinham suscitados esclarecimentos. Seguidamente, interveio Francisco Lemos para explicar que o valor inferior tinha sido calculado nos termos do Código de Expropriações e não pelo valor de mercado. Terminada a sua explicação, tomou a palavra Miguel Summavielle para dizer que se o Senhor Presidente da Câmara continuava com a

argumentação de adquirir terreno para salvaguardar o património, então porque não tinha optado por adquirir o imóvel ao lado do Cine-Teatro que se encontrava à venda há sensivelmente dois anos, por um valor inferior ao do palacete. Seguidamente usou, novamente da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer que o valor constava do relatório que se encontrava arquivado no processo. Retomou a palavra Pedro Frazão, ainda sobre a explicação de Francisco Lemos, não concordava com a sua explicação, uma vez que, ao contrário do que disse, segundo o Código de Expropriações o valor da indemnização é o valor de mercado. Finalmente tomou a palavra Miguel Summavielle para refutar a falta de coerência de que o Senhor Presidente o havia acusado, dizendo que apenas tinha transmitido a sua opinião pessoal sobre o facto de que com a construção da Biblioteca havia uma densificação do espaço. Como mais ninguém quis intervir, foi colocada a votação, sendo aprovada, por maioria, com sete votos contra e sete abstenções. Como ninguém quis intervir, foi encerrada a sessão. E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente acta que, após aprovação, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de Janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.